

Os critérios da fixação dos honorários de sucumbência ante o princípio da justa remuneração do profissional
Domicílio tributário do IPVA e Conflito fiscal existente entre os Estados de São Paulo e Paraná
Responsabilidade do fornecedor por vício do produto
O Tribunal do Júri em crimes de homicídio provocado por armas de fogo – possíveis linhas de atuação de defesa durante os debates e interrogatórios no tocante a eventuais irregularidades
A impenhorabilidade do bem imóvel do fiador
A presunção de paternidade pela recusa do exame de DNA
Questões relevantes acerca da aplicação do art. 475-J do CPC no processo de execução trabalhista
A controvérsia sobre a aplicação da prescrição nos tributos sujeitos ao lançamento por homologação antes e depois da Lei Complementar nº. 118/2005 no Ordenamento Jurídico Brasileiro
Nulidade no processo penal em virtude da inobservância do princípio do juiz natural
A imunidade tributária quanto o IPTU em especial ao estacionamento de templos de qualquer culto
A relação de consumo ante o vício redibitório
A atividade da blindagem e o conflito entre o ISSQN e o ICMS antes da vigência da Lei Complementar nº. 116/2003 do Estado de São Paulo
Exclusão da sucessão por indignidade do herdeiro incapaz
O caráter atípico da medida provisória e os prejuízos causados por sua rejeição pelo Congresso Nacional
Da anulação do casamento por erro essencial na doença mental grave
A adoção por família homoafetiva no direito brasileiro
A constitucionalidade da aplicabilidade da substituição tributária
Análise do homicídio culposo nos casos de acidente de trânsito
O tratamento jurídico da relação de consumo contidas nos contratos de incorporação imobiliária
O critério especial a ser adotado para a definição da competência tributária do ISSQN com o advento da Lei Complementar nº. 116/03
Responsabilidade civil dos pais pelos danos morais causados pelos filhos no ambiente escolar: "Bullying"
Publicidade enganosa nas relações de consumo via internet
A dupla nacionalidade de acordo com o artigo 12 da Constituição Federal e a EC de revisão nº. 03 de 1994.
Agravo de instrumento no juizado especial cível
A responsabilidade civil do Estado na questão da segurança pública por atos dos seus agentes

A aplicabilidade e a não aplicabilidade do artigo 181 do Código Penal.
Capacidade postulatória nos juizados especiais cíveis estaduais, nas causas até 20 salários mínimos: um amplo acesso à justiça ou uma frustração no exercício do direito?
A base de calculo do adicional de insalubridade nos contratos de trabalho celetistas
A prisão civil do depositário infiel e o atual entendimento do STF com base nos tratados internacionais de Direitos Humanos
A alienação fiduciária de bem imóvel
O princípio do limite de tolerabilidade e o dano ambiental. A superação do limite como condição de existência do dano
A penhora "on line" do Direito Processual Civil Brasileiro
Responsabilidade subsidiária dos avós na complementação dos alimentos
Licenciamento ambiental: um instrumento de responsabilidade empresarial
Mutabilidade dos contratos administrativos sob a ótica do princípio "pacta sunt servanda"
Anulação do casamento por erro essencial decorrente de moléstia grave de natureza física e transmissível.
A divergência existente na cobrança de IPTU e ITR em imóvel que encontra-se em zona urbana
Limites da defesa do inquérito policial
Responsabilidade civil do poder público sob a omissão dos danos ambientais
Embriagues habitual ou em serviço como motivo de dispensa por justa causa
O dolo eventual no crime de transito
Uma análise da figura penal tipificada no art. 66 do CDC: proteção do consumidor face afirmação falsa ou enganosa
As diferenças entre mandado de injunção e ação direta de inconstitucionalidade por omissão
O instituto da desaposentação no regime geral de previdência social na aposentadoria por tempo de contribuição
Nascituro: direito a vida, direito a alimentos.
A eficácia da Lei 12318/2010 na vida do menor
Aplicação da garantia de bens duráveis para a compra de veículos usados, conforme artigo 26 do CDC.
O direito de greve dos servidores públicos: norma de eficácia limitada
A possível incidência do imposto de renda sob juros de mora

Aplicabilidade ou não da multa de 10% prevista no art. 475-J do CPC em sede de execução provisória nos moldes do art. 475-O
A abrangência da expressão "eficácia liberatória geral" contida no parágrafo único do art. 625-E CLT
A aplicação do art. 28 da Lei 11.343/06 tendo como foco a expressão e para consumo pessoal
A competência da justiça comum e da justiça militar nos crimes dolosos contra a vida cometidos por militar do Estado em serviço ou atuando em razão da função
Conforme art. 797 se é lícito estipular prazo de carência no seguro de vida para caso de morte
Os elementos para o reconhecimento da União Estável
Competência do Juizado Especial da Fazenda Pública em razão do valor da causa nas ações de litisconsórcio ativo facultativo.
Pressupostos para a concessão da tutela antecipada embasada no art. 273 do Código de Processo Civil.
A inconstitucionalidade do Artigo 518,§ 1º do CPC
O instituto da desaposentação perante a previdência social na aposentadoria por tempo de contribuição.
Aplicação da garantia para bens duráveis, prevista nos artigos 24 e 26 do CDC, para vícios ocultos na venda de veículo usado.
A importância da prova produzida, preservação do local, no inquérito policial dos crimes de homicídio em Itaquaquetuba.
Violações Constitucionais nos Processos Administrativos Disciplinares no Serviço Público Federal.
Majoração da pena de roubo cometido com arma. Art.157,§ 2º,I, C.P.
Aplicabilidade de Inclusão escolar de alunos com deficiência em ensino regular.
A aplicabilidade das medidas cautelares no sistema jurídico.
O direito de greve do servidores públicos civis: e a viabilidade da negociação coletiva no serviço público.
A evolução do Tribunal do Júri no Brasil
Aspectos processuais da separação e do divórcio.
A inaplicabilidade do artigo 28 da Lei 11.343/06 na recuperação , e reinserção social do dependente na Região do Alto Tiete e Capital.
A aplicabilidade do art.122, I do ECA no ato infracional de Tráfico de Drogas
A divergência existente na cobrança de IPTU e ITR em imóvel utilizado para fins agrícolas em área urbana.
O vendedor empregado, o representante comercial e a análise do vínculo empregatício.
Relativização da Coisa Julgada
Aplicabilidade do art.53 do CDC na Lei 9.514/97

Eficácia da Lei 12.318/10 na vida do menor.
Reprodução humana assistida- Supremacia da socioafetividade nas reproduções heterólogas: Aspectos Jurídicos.
A aplicabilidade e os reflexos da Lei 10.639/03 no sistema educacional.
A abrangência da expressão eficácia liberatória geral, contida no art. 625 E da CLT.
A falta de legislação e o Registro de Nascimento.
A constitucionalidade da aplicação ou não da multa prevista no art. 475-J em sede de execução provisória nos moldes da art. 475-O.
A falta de critérios na retificação dos registros civis extra judicialmente.
Princípios violados pela penhora de dinheiro no processo civil
Planejamento Tributário a luz dos Limites da Elisão.
A alteração dos contratos administrativos do equilíbrio econômico financeiro.
A possível incidência do Imposto de Renda sobre o juros de mora.
Domicílio tributário do IPVA e Conflito fiscal existente entre os Estados de São Paulo e Paraná
Da impossibilidade da instituição das obrigações acessórias sem que exista uma finalidade.
Anulação do Casamento por erro essencial decorrente de moléstia grave de natureza física e transmissível.
Dolo e culpa nos homicídios causados em acidentes de trânsito por agente embriagado.
Análise sistemática do art.175 do CP.
A vedação do "sursis" para condenados por tráfico com pena inferior a 2 anos.
Alienação Fiduciária de veículos
Estrito cumprimento do dever legal na função pública com jurisdição militar
COMPETENCIA DA JUSTIÇA COMUM E DA JUSTIÇA MILITAR NOS CRIMES DOLOSOS.
O contrato de Corretagem nas relações imobiliárias: uma análise da responsabilidade civil dos corretores no código civil de 2002.
Responsabilidade da Pessoa Jurídica no direto Ambiental
A posição do Fiador diante das alterações na Lei do Inquilinato.
O advogado como participe no Crime de Falso testemunho.
Embriaguez habitual ou em serviço como motivo de dispensa por justa causa.

Da progressão do regime e sua aplicabilidade na lei dos crimes hediondos.
Responsabilidade Penal da pessoa jurídica de direito público interno por crimes ambientais.
Estupro de vulnerável (tipificação de nova conduta em face da anterior presunção de violencia)
Registros Públicos
Da validade jurídica dos contratos eletrônicos
A efetividade do sistema de saúde na Constituição Federal de 1988
A realização da interceptação telefônica sem autorização judicial a favor do réu no processo penal.
O Princípio da Legalidade no Casamento homoafetivo no Brasil
Responsabilidade Civil do Sindico frente ao mandato.
A Empresa Individual e a Responsabilidade Limitada
Responsabilidade Civil da " revenda" na compra e troca e veículos
Aquisição de serviços de engenharia e obra por meio de pregão a luz das leis 8666/93 e 10.520/02